

Ata da 117ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo da Vila Mariana

Realizada no dia 9 de maio de 2023, em formato híbrido, no Auditório da Subprefeitura da Vila Mariana e pelo aplicativo Google Meet.

Participantes:

Coordenador: Durval Nicolau Tabach

Secretária geral: Fernanda Scalise Dennis

Interlocutor (Subprefeitura da Vila Mariana): Adilson Gregório

Conselheiros titulares presentes (7): Laudecir Gasparotto, Marcela Carolina Cerda Munoz, Cauê Freitas Monaco, Tamara Fatima Heymann Capato, Daniela Curiati Nucci, Durval Nicolau Tabach, Fernanda Scalise Dennis

Conselheiros titulares 'online' (9): Denise Bramucci De Moura Delfim, Silvana Perassoli, Tatiana Yonekura, Víctor Plese, Tatiana De Souza Pimentel, Suzana Pereira De Sousa Vilhena, Edna Momoko Kobori, Celi Paulino Carlota, Marcos Augusto Ferreira Marques

Conselheiros suplentes presentes (1): Marcelo Torres De Oliveira

Conselheiros suplentes presentes 'online' (2): Osiris Natale Fedi Drimus, Antonio Carlos Napoleone Junior

Conselheiros suplentes ausentes (1): Paulo Alencar Do Nascimento

Munícipes presentes (5): Simone Boacnin, José Roosevelt Júnior, Marcia Mulin Firmino da Silva, Elisa Aparecida Gonçalves Moreira, Raphael Claudino

Munícipe online (1): Ricardo Leal

Representantes Subprefeitura Vila Mariana (3): Eduardo Atsushi Kawai, José Roberto Correa, Gabriela Assuar Nucci

Pauta:

1. Atualização, pela subprefeitura, de todas as solicitações de tapa-buracos realizada pelo Conselho Participativo;
2. Perda de mandato de Cristina Feitosa Vasto por excesso de ausências não justificadas e posse do atual conselheiro suplente Marcos Augusto Ferreira Marques como titular;
3. Relato sobre processos de áreas invadidas no Córrego Uberabinha;
4. Atualização sobre destinação da verba de 6 milhões;
5. Discussões sobre ideias e possíveis ações para divulgação e fortalecimento do CPMVM junto aos munícipes;
6. Informes gerais dos conselheiros;
7. Demandas e informes dos munícipes presentes.

Pauta detalhada:

A Reunião Ordinária (RO) teve início às 18h45 com a presença física ou por videoconferência da maioria dos conselheiros titulares.

1. Atualização, pela subprefeitura, de todas as solicitações de tapa-buracos realizada pelo Conselho Participativo;

Segundo José Roberto, coordenador de projetos e obras da subprefeitura da Vila Mariana, a subprefeitura não tem acesso às solicitações de tapa buraco realizadas pelo 156, esses pedidos são enviados diretamente para a Secretaria das Subprefeituras sem conhecimento ou acompanhamento das subprefeituras. Adilson explicou que o bairro de Moema recebeu um projeto piloto do Departamento de Zeladoria Urbana - DZU - que coordenou equipes da Sabesp, Comgás e Enel para trabalharem em conjunto com o DZU em um mutirão de tapa buracos. Adilson reforçou que os conselheiros continuem a passar para ele informação sobre buracos nas vias após a solicitação ter acontecido no 156, para que ele possa acompanhar sua realização. O conselheiro Marcelo perguntou se a Prefeitura considerou a ideia de utilizar os carros da CET no gerenciamento da zeladoria do asfalto, porém o José Roberto não soube responder. A munícipe Simone Boacnin menciona sobre a possibilidade de se acompanhar os serviços de tapa buraco pelo site do GeoSampa.

2. Perda de mandato de Cristina Feitosa Vasto por excesso de ausências não justificadas e posse do atual conselheiro suplente Marcos Augusto Ferreira Marques como titular;

Fica ratificada a perda de mandato de Cristina Feitosa Vasto por mais de três faltas sem justificativa. O conselheiro Marcos Augusto Ferreira Marques assume então o cargo de conselheiro titular do distrito da Saúde.

3. Relato sobre processos de áreas invadidas no Córrego Uberabinha;

José Roosevelt Junior apresentou documentos sobre as ocupações no córrego Uberabinha - que a esta ata anexamos - e comentou que depois da ocupação da viela os alagamentos passaram a acontecer com maior frequência e cada vez piores. A abertura parcial da viela, realizada pela Prefeitura, faz com que o problema não seja resolvido, mas sim levado para a quadra seguinte. Ele se prontificou a ajudar o Conselho por ser um grande conhecedor da questão, já tendo inclusive contato com a promotoria e o Ministério Público sobre o assunto. Junior ainda mostrou preocupação com um novo empreendimento que está sendo construído, entre as ruas Araguari e Pintassilgo, que ele acredita que está avançando em área pública. Segundo ele, existe muita informação desencontrada e que nem mesmo os técnicos da Prefeitura sabem esclarecer se parte da área utilizada para essa construção é pública ou não. Gabriela Nucci, apresentada no início da reunião como a nova assessora jurídica da Subprefeitura da Vila Mariana, explicou que o terreno em questão já está sendo objeto de investigação do Ministério Público para verificação de invasão de área pública.

Gabriela tomou a palavra para falar da questão do córrego Uberabinha. Segundo ela existe um inquérito civil para que se entenda toda a impermeabilização da área em torno do córrego e quem agiu ilegalmente, diminuindo a permeabilidade do solo. Estima-se que mais de 20 edifícios do local estejam avançando em área pública, tendo sido todos eles intimados pelo Ministério Público nos anos de 2014 e 2018. Ela complementa dizendo que a questão é bastante complexa e envolve diversos órgãos públicos. Alguns edifícios já estão com processo judicial em aberto enquanto outros dependem de um estudo de engenharia de domínio. O conselheiro Durval sugere que

os levantamentos e estudos realizados pelo Júnior sejam colocados à disposição da Assessoria Jurídica da Subprefeitura e da Procuradoria Geral do Município e que para tanto seja aberto um SEI e anexada toda a documentação apresentada nesta R.O., sugestão que foi aprovada pelo pleno. Gabriela retomou a palavra para dizer que essa questão ainda vai levar tempo e que com a chuva forte a ideia é que as ruas do entorno da área de alagamento sejam fechadas pela CET, com coordenação da Defesa Civil, em futuras ocorrências.

Simone Boacnin mencionou que a revitalização da viela Uberabinha foi solicitada pela Associação Viva Moema devido à degradação da área, tendo sido solicitada pelos moradores locais. Disse também que, ainda que essa revitalização valorize futuros empreendimentos, ela melhorou uma área que precisava de cuidado.

A conselheira Fernanda reforçou solicitação do Conselho em reuniões anteriores para que uma placa de "Área Sujeita a Alagamento" seja instalada no local e no mesmo assunto comentou Simone Boacnin dizendo que a Viva Moema fez a solicitação de tal placa. O conselheiro Laudecir disse não entender a dificuldade jurídica em obrigar os edifícios infratores a liberar as áreas invadidas. Gabriela explicou que o processo está com a Procuradoria Geral do Município para estudo de domínio dos edifícios e que existe muita informação divergente e se dispôs a encaminhar os documentos apresentados pelo Junior para a Procuradoria, em nome do Conselho. A conselheira Silvana questionou por que as construtoras que constroem os prédios e a Prefeitura que autoriza as construções não são responsabilizadas pelas infrações ao invés dos proprietários de apartamentos, que muitas vezes compram seus imóveis sem conhecimento de qualquer ilegalidade com a construção. Questionamento respondido pela Gabriela, que disse que a responsabilidade também é objeto de estudo da Procuradoria. Para a conselheira Suzana o responsável técnico pela obra na ocasião de sua construção, juntamente com o síndico da época, deveriam ser responsabilizados.

A conselheira Denise mencionou que no Plano Diretor Estratégico que está sendo discutido atualmente não se fala em questões de alagamento, tão importantes para a cidade.

4. Atualização sobre destinação da verba de 6 milhões;

O conselheiro Durval questionou a origem da verba que foi destinada aos Conselhos Participativos, mencionando que o processo de eleição de projetos está sendo feito de maneira informal, na contramão de tudo que é feito pela Prefeitura. Complementou ainda informando que o Conselho Participativo da Vila Mariana encaminhou 2 ofícios para a Subprefeitura, um solicitando informações sobre o processo e outro solicitando que a verba destinada à Vila Mariana fosse dividida entre os 3 distritos - Vila Mariana, Saúde e Moema - e não apenas destinada a uma única obra de grande impacto. Durval ainda elencou as obras que, segundo ofício 06-23, aprovado pelo Pleno do CPMVM, deveriam receber a verba: 1. Instalação de Jardins de Chuva; 2. Projetos assistencialistas; 3. Requalificação de espaços públicos nos três distritos.

Denise comentou que o local escolhido para receber um projeto de melhoria no bairro de Vila Mariana é a rua Dr. Astolfo Araújo, local que inclusive já recebeu inspeção do coordenador de obras da Subprefeitura. O conselheiro Marcos mostrou que para a Saúde também já foi definida a destinação da verba, sobretudo tendo sido considerada a reurbanização de áreas subutilizadas da Av. José Maria Whitaker. A conselheira Tamara mencionou que os critérios técnicos devem ser considerados nas escolhas dos projetos, mas também é importante que se tenham 3 ou 4 opções que possam ser votadas pela população. A conselheira Daniela reforçou que ficou acordado entre os conselheiros do bairro da Saúde uma nova reunião para apresentação de sugestões pelos engenheiros da Subprefeitura.

O Supervisor Técnico de Obras da Subprefeitura da Vila Mariana, Eng. Eduardo Atsushi Kawai informou que todas as demandas de possíveis projetos para a verba que chegou até a subprefeitura estão sendo atendidos com a devida verificação e possibilidade de execução, sendo eles: áreas subutilizadas da Av. José Maria Whitaker, rua Dr. Astolfo Araújo e local do projeto assistencialista liderado pela conselheira Marcela. Durval reforçou que acredita na prioridade que deve ser dada ao projeto dos jardins de chuva, mas pede que o tema da verba seja finalizado para que o Conselho possa seguir com seu trabalho. Denise disse que cada conselheiro é votado pelo seu território e deve trazer benefícios para seu distrito. Simone Boacnin sugere que seja considerada a criação de parquinho acessível em praça no Jardim Lusitânia, próximo à AACD.

5. Discussões sobre ideias e possíveis ações para divulgação e fortalecimento do CPMVM junto aos munícipes;

Item postergado para a próxima reunião, devido à extensão do tema anterior.

6. Informes gerais dos conselheiros;

Fernanda questiona se ofício do Conselho sobre o SEI 6059.2023/0001383-0 referente à rua Pariquera-Açu havia sido encaminhado à SIURB e, segundo Bruna, ele ainda não foi enviado, mas será feito na semana que segue.

O conselheiro Marcelo pede fiscalização na utilização de calçadas pelos bares e restaurantes. Segundo o engenheiro Eduardo a utilização de calçadas vem de um termo de cooperação criado pós-pandemia para que restaurantes e bares pudessem atender seu público em ambiente aberto. Durval sugere que esse assunto seja pauta para a próxima reunião.

Durval sugere a todos que enviem suas propostas ao portal Participe+, para serem consideradas para o Orçamento Participativo da cidade.

A conselheira Silvana Perassoli comunicou sua renúncia ao cargo de Conselheira Participativa por questões pessoais. Durval informa que o suplente pelo distrito Moema Paulo Alencar do Nascimento, consultado por WhatsApp, informa que não tem disponibilidade para assumir a titularidade, por residir fora do município; sendo assim,

Marcelo Torres de Oliveira, suplente pelo distrito Vila Mariana, assume a titularidade da vaga aberta pela Conselheira Silvana.

A conselheira Tatiana reforçou a solicitação de reforma da calçada da UPA de sua região.

A conselheira Marcela solicitou fiscalização do comércio nos arredores da rua Helen Keller ao qual recebeu o retorno de Adilson dizendo que iria incluir a solicitação e levar à Polícia Civil para averiguação.

7. Demandas e informes dos munícipes presentes.

Simone Boacnin questionou se é possível a instalação de lixeiras nas calçadas pelo comércio. Segundo ela, a SIURB informou que essa é uma questão de competência da Subprefeitura e o Subprefeito informou que não seria possível. Segundo a Gabriela, não há previsão legal sobre o tema. O que existe na legislação é sobre mobiliário urbano, que apenas pode ser instalado pela Prefeitura. Adilson comentou que está sendo planejado um projeto das ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - junto ao comércio.

Encerrada a pauta, e não havendo pedidos de palavra, a reunião foi finalizada pelo Coordenador às 20h45.